

- 1- [ATA](#)
 - 1.1- [10ª Reunião Ordinária Deliberativa](#)
 - 2- [MATÉRIA VOTADA](#)
 - 3- [PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR](#)
 - 4- [MATÉRIA ADMINISTRATIVA](#)
 - 5- [ERRATA](#)
-
-

ATA

**ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 15 DE MARÇO DE 1995**

Presidência dos Deputados Wanderley Ávila, Sebastião Navarro Vieira e Ermano Batista

SUMÁRIO: ABERTURA - 1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE): Ata - Apresentação de Proposições: Projetos de Lei n°s 62 a 66/95 - Requerimentos n°s 87 a 109/95 - Requerimentos dos Deputados Gil Pereira, Ronaldo Vasconcellos (11), Jorge Hannas, Arnaldo Canarinho (4), Antônio Genaro e Hely Tarquínio (2) - **Comunicações:** Comunicação da Deputada Elbe Brandão - **Oradores Inscritos:** Discursos dos Deputados Ibrahim Jacob, Ronaldo Vasconcellos, Geraldo Nascimento, Maria José Haueisen, Marcos Régis, Paulo Piau, Marcos Helênio e Carlos Pimenta - **2ª PARTE (ORDEM DO DIA): 1ª Fase:** Designação de comissões: Comissão Especial para Proceder a Estudos Que Permitam a Avaliação da Real Extensão do Problema da Violência Perpetrada contra a Mulher, em Todo o Estado de Minas Gerais - Leitura de comunicação apresentada - **Requerimentos:** - Requerimentos dos Deputados Hely Tarquínio (2), Antônio Genaro, Arnaldo Canarinho (3) e Ronaldo Vasconcellos (3); deferimento - Requerimentos dos Deputados Gil Pereira, Arnaldo Canarinho, Jorge Hannas e Ronaldo Vasconcellos; aprovação - Questão de ordem; chamada de recomposição de "quorum"; existência de número regimental - **Requerimentos do Deputado Ronaldo Vasconcellos (7); aprovação - 2ª Fase:** Questão de ordem - Suspensão e reabertura da reunião - Discussão e votação de proposições: Requerimento do Deputado Sebastião Helvécio (alteração da ordem do dia); aprovação - Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei n° 12.551; discurso do Deputado Antônio Júlio; encerramento da discussão; manutenção do veto - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei n° 2.154/94; aprovação - Questão de ordem - **ENCERRAMENTO - ORDEM DO DIA.**

ABERTURA

- Às 14hmin, comparecem os Deputados:

Agostinho Patrús - Wanderley Ávila - Sebastião Navarro Vieira - Paulo Pettersen - Rêmoló Aloise - Maria José Haueisen - Ibrahim Jacob - Ermano Batista - Antônio Júlio - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Almir Cardoso - Álvaro Antônio - Anivaldo Antônio - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Roberto - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Bilac Pinto - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Cléuber Carneiro - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Durval Ângelo - Elbe Brandão - Elmo Braz - Francisco Ramalho - Geraldo Nascimento - Geraldo Rezende - Geraldo Santanna - Gil Pereira - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jairo Ataíde - João Batista de Oliveira - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - José Bonifácio - José Braga - José Henrique - José Maria Barros - Kemil Kumaira - Leonídio Bouças - Luiz Antônio Zanto - Marcelo Cecé - Marcelo Gonçalves - Marco Régis - Marcos Helênio - Maria Olívia - Mauri Tôrres - Miguel Barbosa - Miguel Martíni - Olinto Godinho - Paulo Piau - Paulo Schettino - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Romeu Queiroz - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião

Costa - Sebastião Helvécio - Simão Pedro Toledo - Toninho Zeitune - Wilson Trópia.

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - A lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE)

Ata

- **A Deputada Maria José Haueisen**, 2ª-Secretária, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

O Sr. Presidente - Não havendo correspondência a ser lida, a Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Pequeno Expediente.

Apresentação de Proposições

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI N° 62/95

(Ex-Projeto de Lei n° 2.132/94)

Autoriza a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - FHEMIG - a doar à Prefeitura Municipal de Oliveira imóvel que menciona.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - FHEMIG - autorizada a doar à Prefeitura Municipal de Oliveira imóvel situado no Município de Oliveira, no lugar denominado Sanatório, com a área de 43.894,00m² (quarenta e três mil, oitocentos e noventa e quatro metros quadrados), constituída de um prédio com 1.800,00m² (um mil e oitocentos metros quadrados) de área construída e mais residências, dependências, galpões e benfeitorias, com área aproximada de 978,40m² (novecentos e setenta e oito metros quadrados e quarenta centímetros), além de um muro de alvenaria de 500,00m (quinhentos metros) de extensão, no terreno respectivo, com área de 978,40m² (novecentos e setenta e oito metros quadrados e quarenta centímetros), confrontando pela frente, numa extensão de 168,20m (cento e sessenta e oito metros e vinte centímetros), com a R. Osvaldo Cruz; pelo lado direito, com Francisco Vieira, casas populares e terreno do Dr. Domingos Ribeiro de Oliveira e Silva; pelo lado esquerdo, com Rafael Arcanjo de Assis, conforme a escritura pública de doação, lavrada em 21/12/70, a fls. 2 do livro 90-A do Cartório do 6º Ofício de Notas de Belo Horizonte, e registrada em 1º/12/71, sob o n° 32.519, a fls. 58 do livro 3-AF do Cartório de Registro de Imóveis do Município de Oliveira.

Parágrafo único - O imóvel mencionado no "caput" deste artigo destina-se à construção de um centro de lazer pela Prefeitura Municipal.

Art. 2º - O imóvel reverterá automaticamente ao patrimônio da FHEMIG se, no prazo de 3 (três) anos, contados da data da publicação desta lei, não lhe for dada a destinação prevista no parágrafo único do artigo anterior.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 21 de fevereiro de 1995.

Ronaldo Vasconcellos

Justificação: A medida proposta é de grande interesse para a comunidade do Município de Oliveira, uma vez que o imóvel se destina à construção, pela Prefeitura Municipal, de um centro de lazer destinado à prática de esportes e ao entretenimento da população local.

Ademais, o terreno que se pretende doar encontra-se desocupado e em completa ociosidade, razão pela qual esperamos a aprovação deste projeto de lei pelos nobres pares da Casa.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 195, c/c o art. 103, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI N° 63/95

(Ex-Projeto de Lei n° 852/92)

Fixa o período de cobrança de contas mensais pelas entidades prestadoras de serviço público no âmbito estadual.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - A partir da data de promulgação desta lei, as contas mensais das entidades prestadoras de serviço público serão cobradas dos usuários, sem quaisquer ônus complementares, somente entre o 5º (quinto) e o 10º (décimo) dia útil do mês seguinte àquele em que foi gerada a dívida.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 2 de março de 1995.

Ibrahim Jacob

Justificação: A atribuição primordial da administração pública é oferecer utilidade aos administrados de maneira prática e, sobretudo, exequível.

Segundo Hely Lopes Meirelles, "serviço público é todo aquele prestado pela administração ou por seus delegados, sob normas e controles estatais, para satisfazer

necessidades essenciais ou secundárias da coletividade, ou simples conveniências do Estado".

A regulamentação e o controle do serviço público e da utilidade pública caberão sempre ao poder público, qualquer que seja a modalidade de sua prestação aos usuários.

O fato de tais serviços serem delegados a terceiros, estranhos ou alheios à administração direta do Estado, não retira deste último o seu poder indeclinável de regulamentá-los e controlá-los, exigindo sempre a sua atualização e eficiência.

A crise econômica pela qual passa o País impõe a todos certas normas, em caráter compulsório, inclusive para administrar as minguadas rendas.

Seja qual for a realidade vivida pelo cidadão, pelo pai de família, é sempre no fim do mês que ele pode e necessariamente faz o seu balanço doméstico, dividindo e destinando as verbas para saldar os seus compromissos pecuniários.

Seria desumano, e mesmo cruel, pretender que esse trabalhador, de renda cada vez mais parca e incerta, fosse obrigado a levantar dinheiro para pagar as contas fora do período próprio, sob pena de, não o fazendo, ficar com o encargo de multa ou correção, fora da capacidade de seu orçamento. Ora, não se pode sofisticamente levar o trabalhador à inadimplência quando há uma realidade que o impede de saldar suas dívidas extemporaneamente.

É preciso que o Estado e mais precisamente as empresas prestadoras de serviço público participem do sacrifício imposto à comunidade, adequando as suas pretensões de cobrança de contas à realidade. Não se pode admitir que cobrem dos usuários antes que esses recebam a sua renda reduzida e limitada ao essencial.

Se o Estado paga a seus servidores até o 5º dia útil de cada mês, ou até depois disso, por que haveria de permitir a cobrança de serviços de natureza pública antes?

É cabível outra anotação de Hely Lopes Meirelles: "O Estado deve ter sempre em vista que serviço público e de utilidade pública são serviços para o público, e que os concessionários ou quaisquer outros prestadores de tais serviços são, na feliz expressão de Brandeis, "public servants", isto é, criados, servidores do público. O fim precípua do serviço público, ou de utilidade pública, como o próprio nome está a indicar, é servir ao público e, secundariamente, produzir renda a quem o explora. Daí, decorre o dever indeclinável de o concedente regulamentar, fiscalizar e intervir no serviço concedido sempre que não estiver sendo prestado a contento do público a que é destinado."

É com esses fundamentos que peço e espero o acolhimento e a aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 195, c/c o art. 103, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 64/95
(Ex-Projeto de Lei nº 2.031/94)

Torna obrigatória a construção de escadas para peixes de piracema em barragens edificadas em cursos de água de domínio do Estado.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - É obrigatória a construção de escadas para peixes de piracema em barragens edificadas em cursos de água de domínio do Estado.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não se aplica às barragens cujas características de projeto tornem ineficaz a medida, de acordo com a análise e a decisão do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM.

Art. 2º - As normas contidas no artigo anterior aplicam-se às barragens já existentes.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 21 de fevereiro de 1995.

Marcos Helênio

Justificação: Em nossas águas fluviais coexistem peixes de hábitos diversos, destacando-se entre eles muitas espécies migratórias, como a dos peixes de piracema, cujo instinto de reprodução leva-os, em determinada época do ano, a subir os rios à procura de locais propícios à desova.

A piracema é impedida, nos cursos de água, por obras de barramento para geração de energia elétrica, para irrigação ou para outros usos.

A construção de escadas de peixes é um recurso técnico utilizado em todo o mundo como medida de proteção às espécies migratórias, auxiliando-as na transposição dos barramentos.

Pelo exposto, contamos com o apoio dos nobres parlamentares à aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Meio Ambiente e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 195, c/c o art. 103, do

Regimento Interno.

PROJETO DE LEI N° 65/95
(Ex-Projeto de Lei n° 2.033/94)

Autoriza o Poder Executivo a celebrar comodato com o Sindicato Rural de Paiva, com sede no Município de Paiva.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar comodato pelo período de 30 (trinta) anos com o Sindicato Rural de Paiva, com sede no Município de Paiva, cedendo-lhe, para a construção de sua sede, imóvel de propriedade do Estado, situado nesse município, constituído de uma área de 300m² (trezentos metros quadrados), medindo 10m (dez metros) de frente, confrontando com a estrada Paiva-Fazenda Santa Tereza; 30m (trinta metros) nas laterais, confrontando, pelo lado direito, com herdeiros de Antônio Eduardo Anastácio, pelo lado esquerdo com a Escola Estadual Santa Rosa e pelos fundos com o Córrego Santa Rosa.

Parágrafo único - As benfeitorias construídas no imóvel de que trata o "caput" deste artigo, ao final do comodato, reverterão para o Estado.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 7 de março de 1995.

José Bonifácio

Justificação: O imóvel de que trata o presente projeto está situado em terreno com 2.000m², onde está construído o prédio da Escola Estadual Santa Rosa. O que se deseja é a cessão, por comodato, de apenas 300m² dessa área ao Sindicato Rural de Paiva.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 195, c/c o art. 103, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI N° 66/95
(Ex-Projeto de Lei n° 2.038/94)

Dá o nome de Januário Carneiro à Rodovia MG-30, que liga o Município de Belo Horizonte ao Município de Nova Lima.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1° - A Rodovia MG-30, que liga o Município de Belo Horizonte ao Município de Nova Lima, passa a denominar-se Rodovia Januário Carneiro.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 7 de março de 1995.

Wanderley Ávila

Justificação: O presente projeto de lei, ao propor que se dê o nome de Januário Carneiro à Rodovia MG-30, que liga o Município de Belo Horizonte ao Município de Nova Lima, tem o objetivo de homenagear e honrar a memória de um dos maiores radialistas do Estado de Minas Gerais.

Januário Carneiro, dinâmico empresário da radiofonia, foi o fundador, em Nova Lima, da Rádio Itatiaia, que, após transferir-se para Belo Horizonte, transformou-se numa das maiores emissoras de rádio do País.

Ousado em seus projetos, Januário Carneiro, consoante enfatizava a própria Rádio Itatiaia, abriu para Minas Gerais os caminhos de todos os continentes.

Januário Carneiro fez da Rádio Itatiaia a pedra angular onde se encontra solidamente assentado o respeitado Sistema Itatiaia de Comunicação.

Entusiasta pelo esporte, Januário Carneiro presidiu o Conselho Deliberativo do Vila Nova e emprestou ao futebol amador o melhor de seus esforços e de seu entusiasmo.

Com o passamento de Januário Carneiro, Minas Gerais perdeu uma de suas maiores expressões radiofônicas, e o futebol amador, um inigualável incentivador.

Por sua figura honrada, singular e carismática, Januário Carneiro faz por merecer a homenagem proposta neste projeto de lei, que esperamos seja aprovado pela unanimidade de nossos nobres pares.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Administração Pública para deliberação, nos termos do art. 195, c/c o art. 104, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

N° 87/95, do Deputado Ibrahim Jacob, solicitando se consigne nos anais da Casa voto de congratulações com a Loja Maçônica Fidelidade Mineira por seus 125 anos de existência.

N° 88/95, do Deputado Wanderley Ávila, solicitando se consigne nos anais da Casa voto de congratulações com a Loja Maçônica Juscelino Kubitschek por seus 95 anos de existência.

N° 89/95, do Deputado Wanderley Ávila, solicitando se consigne nos anais da Casa voto de congratulações com a Loja Maçônica Deus, Paz e Liberdade por seus 44 anos de existência.

N° 90/95, do Deputado Wanderley Ávila, solicitando se consigne nos anais da Casa voto de congratulações com a Loja Maçônica Montanheses Livres por seus 21 anos de

existência.

Nº 91/95, do Deputado Wanderley Ávila, solicitando se consigne nos anais da Casa voto de congratulações com a Loja Maçônica Paz e Amor por seus 22 anos de existência.

Nº 92/95, do Deputado Wanderley Ávila, solicitando se consigne nos anais da Casa voto de congratulações com a Loja Maçônica Obreiros do Bem por seus 13 anos de existência.

Nº 93/95, do Deputado Wanderley Ávila, solicitando se consigne nos anais da Casa voto de congratulações com a Loja Maçônica Deneziomar Soares por seus 15 anos de existência.

Nº 94/95, do Deputado Wanderley Ávila, solicitando se consigne nos anais da Casa voto de congratulações com a Loja Maçônica Deus, Justiça e Fraternidade por seus oito anos de existência.

Nº 95/95, do Deputado Wanderley Ávila, solicitando se consigne nos anais da Casa voto de congratulações com a Loja Maçônica Luz, Amor e Vida por seus 37 anos de existência.

Nº 96/95, do Deputado Wanderley Ávila, solicitando se consigne nos anais da Casa voto de congratulações com a Loja Maçônica Amigos da Verdade por seus 15 anos de existência.

Nº 97/95, do Deputado Wanderley Ávila, solicitando se consigne nos anais da Casa voto de congratulações com a Loja Maçônica Libertas por seus 45 anos de existência.

Nº 98/95, do Deputado Wanderley Ávila, solicitando se consigne nos anais da Casa voto de congratulações com a Loja Maçônica Solidariedade por seus 12 anos de existência.

Nº 99/95, do Deputado Wanderley Ávila, solicitando se consigne nos anais da Casa voto de congratulações com a Loja Maçônica Deus, Justiça e Caridade por seus 12 anos de existência. (- Distribuídos à Comissão de Educação.)

Nº 100/95, do Deputado Djalma Diniz, solicitando se oficie ao Secretário da Justiça com vistas à inauguração urgente do Centro de Reeducação Dênio Moreira de Carvalho, no Município de Ipaba. (- À Comissão de Defesa Social.)

Nº 101/95, do Deputado Durval Ângelo, solicitando se oficie ao Secretário da Habitação para obter informações relativas à legalização de lotes desapropriados por interesse social no Conjunto Rubens Pinho Ângelo, no Município de Betim. (- À Mesa.)

Nº 102/95, do Deputado Anderson Aduato, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado para que intervenha junto aos Bancos oficiais do Estado com a finalidade de se abrir crédito de emergência para a recuperação de pastagens no Triângulo Mineiro, em virtude do prejuízo causado pela seca. (- À Comissão de Agropecuária.)

Nº 103/95, do Deputado Paulo Schettino, solicitando seja formulado apelo ao Diretor do DER-MG com vistas ao recapeamento do asfalto da estrada que liga o Município de Bambuí ao Município de Iguatama.

Nº 104/95, do Deputado Carlos Pimenta, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado com vistas à construção de ponte sobre o rio Verde Grande, no Município de Jaíba.

Nº 105/95, do Deputado Carlos Pimenta, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado com vistas à construção de barragem no rio Viamão, no Município de Mato Verde.

Nº 106/95, do Deputado Carlos Pimenta, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado com vistas à construção de terminal rodoviário no Município de Varzelândia.

Nº 107/95, do Deputado Carlos Pimenta, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado com vistas à construção de centro administrativo no Município de Matias Cardoso. (- Distribuídos à Comissão de Administração Pública.)

Nº 108/95, do Deputado Dimas Rodrigues, solicitando seja formulado apelo ao Presidente do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA - com vistas à isenção da taxa cobrada por esse órgão para combate a gafanhoto na região Norte de Minas. (- À Comissão de Agropecuária.)

Nº 109/95, do Deputado José Henrique, solicitando seja consignado nos anais da Casa voto de pesar pelo falecimento do Prefeito Municipal de Matipó, Sr. Antônio Abreu de Oliveira, ocorrido no dia 12/3/95, naquele município. (- À Comissão de Administração Pública.)

Do Deputado Gil Pereira, solicitando seja formulado apelo aos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e aos Ministros da Fazenda e do Planejamento com vistas à manutenção do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE -, por meio da destinação ao Fundo de parcela da arrecadação do imposto que substituirá o IPI e o ICMS.

Do Deputado Ronaldo Vasconcellos (11), solicitando o desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 2.064/94, 1.689 e 1.834/93, 2.065, 2.117 e 2.069/94, 1.742 e 1.802/93, 2.098, 2.121 e 2.060/94.

Do Deputado Jorge Hannas, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei nº 753/92.

Do Deputado Arnaldo Canarinho (4), solicitando o desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 2.265/94, 1.583/93, 2.063 e 1.931/94.

Do Deputado Antônio Genaro, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei nº 2.187/94.

Do Deputado Hely Tarquínio (2), solicitando o desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 1.365/93 e 1.192/92.

COMUNICAÇÕES

- É também encaminhada à Mesa comunicação da Deputada Elbe Brandão.

Oradores Inscritos

- Os Deputados Ibrahim Jacob, Ronaldo Vasconcellos, Geraldo Nascimento, Maria José Hauelsen, Marco Régis, Paulo Piau, Marcos Helênio e Carlos Pimenta proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª PARTE (ORDEM DO DIA)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada à 1ª parte, a Presidência passa à 2ª parte da reunião, com a 1ª fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres e a votação de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o expediente da próxima reunião ordinária.

Designação de Comissões

O Sr. Presidente - A Presidência vai designar Comissão Especial para Proceder a Estudos que Permitam Avaliação da Real Extensão do Problema da Violência Perpetrada contra a Mulher, em Todo o Estado de Minas Gerais. Pelo PMDB: efetivo - Deputado Bonifácio Mourão; suplente - Deputado Antônio Andrade; pelo PTB: efetivo - Deputada Maria Olívia; suplente - Deputado Miguel Barbosa; pelo PSDB: efetivo - Deputado Miguel Martíni; suplente - Deputado João Leite; pelo PT: efetivo - Deputado Almir Cardoso; suplente - Deputado Ivo José; pelo PDT: efetivo - Deputada Elbe Brandão; suplente - Deputado Marcelo Gonçalves. Designo. À Gerência-Geral de Apoio às Comissões.

Leitura de Comunicação Apresentada

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário da Comunicação apresentada pela Deputada Elbe Brandão - realização de um fórum na sede da Associação Microrregional - AMANS -, em Montes Claros, no dia 7/4/95, para discussão sobre a emancipação de novos municípios, visando a um diagnóstico regional de impacto sócio-econômico do novo mapeamento da região. Ciente. Publique-se.

Requerimentos

(- A seguir, são deferidos, cada um por sua vez, nos termos do inciso I do art. 185 do Regimento Interno, requerimentos dos Deputados Hely Tarquínio (2) - desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 1.192/92, que altera a redação do art. 1º da Lei nº 5.830, de 6/12/71, e dá outras providências; e 1.365/93, que dá a denominação de Escola Estadual Donana Miranda à escola estadual de Piranguita; Antônio Genaro - desarquivamento do Projeto de Lei nº 2.187/94, de sua autoria, que declara de utilidade pública a Missão Artística, Cultural e Social - MACUSOC - com sede no Município de Contagem; Arnaldo Canarinho (3) - desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 1.931/94, que cria linha de transporte coletivo rodoviário intermunicipal, com sede no município de Leandro Ferreira; 2.063/94, que cria o Programa do Leite na Empresa; e 1.583/93, que concede o pagamento de taxas mínimas de água e energia elétrica às entidades assistenciais e sociais; Ronaldo Vasconcellos (3) - desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 2.060/94, que declara de utilidade pública o Asilo São Vicente de Paula, no centro do Distrito de São Pedro da União; 2.121/94, que dá a denominação de Av. Dr. Joaquim Balbino de Carvalho à estrada paralela de acesso à BR-491, localizada no Município de Elói Mendes; e 2.098/94, que declara de utilidade pública o Pontenovense Futebol Club, com sede no Município de Ponte Nova, todos de sua autoria.

- A seguir, são submetidos a votação e aprovados, na forma regimental, requerimentos dos Deputados Gil Pereira, Líder da Minoria, solicitando sejam encaminhados ofícios aos Srs. José Sarney, Presidente do Senado, e Eduardo Magalhães, Presidente da Câmara, bem como aos Srs. Pedro Malan, Ministro da Fazenda, e José Serra, Ministro do Planejamento, a fim de que na reforma tributária seja preservado o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE -; Arnaldo Canarinho, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei nº 2.265/94, que dá denominação de Renato Azeredo ao Aeroporto de Lavras; Jorge Hannas, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei nº 753/92, de autoria do Deputado Tarcísio Henriques, que altera a redação do inciso III do art. 70 da Lei nº 9.938, de 26/6/39 e dá outras providências; e Ronaldo Vasconcellos, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei nº 1.802/93, de sua autoria, que declara de utilidade pública a Fundação Educacional Monsenhor Herculano, com sede no Município de Paraopeba.

Questão de Ordem

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, peço recomposição de "quorum", porque parece que não há número para deliberação.

O Sr. Presidente - É regimental o pedido. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que faça a chamada nominal para verificação de "quorum". Com a palavra, o Sr. 1º-Secretário, Deputado Rêmoló Aloise.

O Sr. Secretário - (- Procede à chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 32 Deputados, com os 10 que estão nas comissões. Portanto, há "quorum" para a continuação dos nossos trabalhos.

- A seguir, são também submetidos a votação e aprovados, cada um por sua vez, na forma regimental, requerimentos do Deputado Ronaldo Vasconcellos (7) - desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 1.742/93, que declara de utilidade pública a Fundação AMAE para Educação e Cultura, com sede no Município de Belo Horizonte; 2.069/94, que declara de utilidade pública o Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Bem-Te-Vi, com sede no Município de São Gotardo; 2.117/94, que declara de utilidade pública o Clube Cavalos de Aço, com sede no Município de Ipatinga; 2.065/94, que declara de utilidade pública as Comissões Associadas do Meio Ambiente e Sociedade - COMAMAS -, com sede no Município de Contagem; 1.834/93, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Rio Casca; 2.064/94, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Pedro dos Ferros imóvel destinado à construção de uma escola-creche; e 1.689/93, que declara de utilidade pública o Grupo Amigos das Artes de Paraopeba - GAMA -, com sede no Município de Paraopeba, todos de autoria do requerente.

2ª Fase

O Sr. Presidente (Deputado Ermano Batista) - Esgotada a matéria destinada a esta fase, a Presidência passa à 2ª fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Questão de Ordem

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, baseados nos termos regimentais, solicitamos a suspensão dos trabalhos por 5 minutos, para que possamos agilizar os entendimentos entre as Lideranças sobre o projeto ora em votação.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - É regimental. Atendendo ao pedido do Deputado Gilmar Machado, suspendo a reunião por 5 minutos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente (Deputado Sebastião Navarro Vieira) - Vem à Mesa requerimento do Deputado Sebastião Helvécio, que solicita a alteração da Ordem do Dia desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 26/95 seja apreciado em último lugar. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa). Aprovado.

Discussão, em turno único, de Veto Parcial à Proposição de Lei nº 12.551, que dispõe sobre os valores do soldo do pessoal da PMMG e dá outras providências (ex-Projeto de Lei nº 2.228/94, do Governador do Estado). A Comissão Especial opina pela manutenção do veto incidente sobre o seu art. 2º. Em discussão, o veto. Para discutir, o Deputado Antônio Júlio.

- **O Deputado Antônio Júlio** profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Não havendo outros oradores inscritos, encerra-se a discussão. Em votação. A Presidência vai submeter a matéria a votação por escrutínio secreto, nos termos do art. 234 do Regimento Interno. Antes, lembra ao Plenário que os Deputados que desejarem manter o veto deverão votar "sim", e os que desejarem rejeitá-lo deverão votar "não". Resumindo: "sim" mantém o veto, "não" rejeita o veto. Convido para servirem como escrutinadores os Deputados Sebastião Helvécio e Ajalmar Silva. Com a palavra, o Sr. 1º-Secretário, para proceder à chamada dos Deputados.

O Sr. Secretário (Deputado Rêmoló Aloise) - (- Faz a chamada.)

- Depositam seus votos na urna os seguintes Deputados:

Sebastião Navarro Vieira - Rêmoló Aloise - Ermano Batista - Antônio Júlio - Ajalmar Silva - Almir Cardoso - Álvaro Antônio - Anivaldo Antônio - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Arnaldo Penna - Bilac Pinto - Djalma Diniz - Durval Ângelo - Elbe Brandão - Francisco Ramalho - Geraldo Rezende - Geraldo Santanna - Gil Pereira - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - Jairo Ataíde - João Leite - Jorge Hannas - José Bonifácio - José Braga - José Maria Barros - Kemil Kumaira - Leonídio Bouças - Marco Régis - Maria Olívia - Mauri Torres - Miguel Martíni - Paulo Schettino - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Simão Pedro Toledo - Toninho Zeitune - Wilson Trópia.

O Sr. Presidente - Recomendo aos escrutinadores que procedam à abertura da urna e à verificação da coincidência do número de sobrecartas com o de votantes.

- Os escrutinadores procedem à conferência das sobrecartas.

O Sr. Presidente - Votaram 41 Deputados. Foram encontradas na urna 41 sobrecartas. Os números conferem. A Presidência solicita aos escrutinadores que procedam à apuração dos votos.

- Os escrutinadores procedem à apuração dos votos.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 31 Deputados. Votaram "não" 10 Deputados. Está mantido o veto. Oficie-se ao Governador do Estado.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.154/94, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Capinópolis. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa). Aprovado. À Comissão de Redação.

Questão de Ordem

O Deputado Sebastião Helvécio - Sr. Presidente, solicito, de plano, o encerramento da reunião, por inexistência de "quorum".

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - A Presidência, verificando a inexistência de "quorum" para continuação dos trabalhos, encerra a reunião e convoca os Deputados para as extraordinárias de logo mais, às 20 horas, e de amanhã, dia 16, às 9 horas, nos termos dos editais de convocação e para a ordinária, também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada pelo Sr. Presidente é a publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

MATÉRIA VOTADA

MATÉRIA APRECIADA NA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, EM 16/3/95

Mantidos, em turno único, os Vetos Parciais às Proposições de Lei nºs 12.580 e 12.538.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 9/3/95

O Deputado Anivaldo Antônio - Sr. Presidente, membros da Mesa, Srs. Deputados, público e imprensa aqui presentes, o motivo de minha fala aqui, nesta tribuna, é pedir o empenho dos Deputados, principalmente dos mais antigos e mais experientes, com relação ao que estamos lendo nos jornais a respeito da privatização da Vale do Rio Doce, uma das empresas mais lucrativas deste País e do mundo.

Estamos vendo o Presidente Fernando Henrique dar início ao processo de privatização da Vale do Rio doce. Eu, que vim de uma empresa estatal, a Companhia Siderúrgica Nacional, pude ver de perto que a produção de minério que abastece a Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda, sai daqui, a 80Km de Belo Horizonte. Poucas pessoas sabem disso; nem mesmo os próprios trabalhadores da Usina Presidente Vargas sabem que 100% do minério que abastece aquela usina sai daqui, do nosso Estado.

Uma outra coisa interessante é que esse minério sai de Minas e vai para Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro, a preço de custo. Nosso Estado está perdendo muito com isso. Já pedimos ao Presidente da Comissão de Política Energética, Deputado Álvaro Antônio, que seja feito um trabalho a respeito desse imposto que está sendo ganho pelo Estado do Rio de Janeiro.

Então, é esta a nossa preocupação: a privatização da Vale do Rio Doce. Pedimos o empenho dos Deputados. Já estamos vendo Deputados de direita, de centro e, principalmente, de esquerda, defendendo a não-privatização da Vale, mas são Deputados Federais. Pedimos o empenho dos Deputados Estaduais. Já estive conversando com os Deputados e alguns devem falar aqui, hoje. Temos que levantar nosso grito contra a privatização da Vale do Rio Doce. Muito obrigado.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente e Srs. Deputados, no último dia 21, estive nesta tribuna pedindo apoio à Assembléia no que se refere ao assentamento de famílias de sem-casas do Bairro Citrolândia, em Betim, que, além da falta de moradia, sofrem

outro tipo de marginalização: o preconceito contra a hanseníase. Naquele dia, solicitei à FHEMIG, proprietária de quase toda a área do Citrolândia, a doação de um terreno de 200.000m² para a instalação dessas famílias e para a construção de um centro industrial, que geraria novos empregos. Como bem disse, a Prefeitura de Betim, em parceria com o Estado, se responsabilizaria pela infra-estrutura necessária à viabilização do projeto de moradia e de geração de renda.

Hoje, Betim apresenta um déficit de 20 mil habitações. Como em outras regiões metropolitanas do País, a cidade convive com a migração de um grande número de famílias, principalmente do interior, que vêm para o município em busca de emprego e de condições de vida mais dignas. Apesar desse déficit de moradias, a Prefeita Maria do Carmo Lara, cuja trajetória política revela um compromisso inabalável com os excluídos, muito tem feito em favor da política habitacional do município. É importante ressaltar que a atual administração trabalha em duas linhas básicas de atuação no setor de moradias: lotes urbanizados e urbanização de vilas e favelas. De janeiro a junho de 93, a Prefeitura petista refez sindicâncias, abriu ruas, contratou projetos e negociou com as concessionárias públicas a colocação de infra-estrutura para a efetivação de assentamento das famílias sem-casa. Tenho, em minhas mãos, documentos que comprovam o repasse, pela Prefeitura de Betim, de mais de mil lotes às pessoas carentes e o nome de todos os beneficiados.

Essa realidade revela, entretanto, o equívoco do Deputado Ivair Nogueira, ex-Prefeito de Betim, que afirmou não ter sido feito nenhum assentamento pela administração Maria do Carmo Lara. Ivair Nogueira assumiu a Prefeitura do município quando o então Prefeito, Oswaldo Franco, morreu em acidente aéreo, em fevereiro de 1990. Após perder as eleições de outubro de 1991, Ivair Nogueira sorteou lotes que seriam destinados à construção de moradias nos Bairros Capelinha e Vila das Flores. Numa atitude bastante questionável, a doação desses lotes ocorreu sem obedecer às próprias inscrições realizadas pelo seu Governo. Deve-se destacar, ainda, que somente três quadras tinham um começo de urbanização. O restante doado era simplesmente um terreno vazio, sem água, luz e ruas abertas. Erros como esses estão sendo corrigidos pela administração da Frente Betim Popular.

Para encerrar, gostaria de dizer que a cidade de Betim tem, hoje, um modelo de política habitacional a ser seguido. Com a doação de mais de mil lotes urbanizados e com a retirada de 500 famílias de áreas de risco, o Governo de Maria do Carmo Lara, juntamente com o movimento dos sem-casas, dá um grande passo para solucionar o problema habitacional no município. Desde já fica um convite da Prefeita e de nossa bancada para que os nobres colegas visitem as obras que estão sendo realizadas em Betim. Não apenas as obras físicas, mas a grande obra social, que é um dos pontos básicos do programa do nosso Partido.

Obrigado.

O Deputado Ibrahim Jacob - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o furacão neoliberal que assola as economias emergentes já fez sua primeira vítima. Sob os escombros de um sistema econômico fragilizado ao extremo, a população do México vive o drama de ver por terra os sonhos de desenvolvimento que os arautos do novo catecismo plantaram no coração do povo.

É importante que os países da América do Sul aprendam com a tragédia de nosso irmão do Norte. É indispensável lembrar a cada momento que o nacionalismo não caiu de moda. Se o mundo contemporâneo não comporta mais posições extremas que chegam às raias da xenofobia, por outro lado, ajoelhar-se diante de imposições das grandes potências é infame, é ignóbil.

Diante dos ventos liberalizantes, temos o dever de reavivar, na mente dos administradores, os limites entre modernidade e traição dos interesses pátrios.

Recentemente, na questão do IPI incidente sobre os automóveis populares, apunhalaram Minas pelas costas. Se, no episódio do Capão da Traição, foram os emboabas, reinóis da metrópole lusa, que tingiram com o sangue mineiro as águas do rio das Mortes, no passado recente foram compatriotas que feriram de morte nossos anseios de progresso.

Por isso, todo cuidado é necessário. Nossos antepassados nos cobram, hoje mais que nunca, uma vigília permanente: vigiar é preciso.

Preparam mais um golpe contra a terra de Tiradentes. Querem privatizar a Companhia Vale do Rio Doce. Sabemos muito bem que a sanha e a cobiça do capital internacional não têm limites. O que nos entristece é que, entre nós, antigos companheiros de lutas e ideais tenham sucumbido ao fascínio do credo neoliberal, a ponto de não ver a insanidade que é privatizar uma empresa sólida e rentável.

Os privatistas e defensores de obscuros interesses criticam o que chamam de hipertrofia estatal, sob o argumento de que a iniciativa privada é mais eficiente. Para os teóricos do Estado mínimo, a máquina estatal é perdulária e incapaz. Por isso a solução é privatizar.

Se a iniciativa privada é tão competente, que o prove assumindo empresas que o Estado não soube gerir. Que compre as estatais deficitárias e, com sua decantada eficiência, as faça lucrativas.

O absurdo é desfazer-se a administração de uma companhia que vem apresentando um dos mais altos índices de lucratividade do mundo, de uma companhia que é modelo de sucesso gerencial, de uma entidade que deu certo nas mãos do Estado. O malfadado intento equivale à vontade consciente de jogar pela janela um patrimônio nacional, um valioso patrimônio do povo brasileiro. Equivale a entregar em mãos estranhas os destinos de reservas de minério de ferro que somam mais de 38 bilhões de toneladas. Privatizar a Vale é entregar, em mãos estranhas, minerais estratégicos; é cometer um atentado contra nossa soberania e contra a própria segurança nacional. E, aqui, é importante lembrar o risco de cairmos nas garras de um monopólio privado de matérias-primas vitais ao desenvolvimento do País, um monopólio que, pela relevância estratégica dos minerais, em breve estaria ditando nossos destinos, acima dos governantes e ao arrepio da vontade soberana do povo.

Historicamente, foi de Minas que partiram os primeiros e mais fortes brados de indignação contra o jugo da metrópole européia. Neste solo sagrado, as sementes de liberdade foram regadas pelo sangue dos mártires. Não se venderá, pois, este chão ao grande capital, que só tem olhos para o lucro e não quer saber de compromissos sociais; que não tem cor nem alma e, por isso, não pode entender as coisas da mineiridade.

Tirem as mãos da Vale do Rio Doce! Tirem as mãos de Minas! Ingênuos, tecnocratas, entreguistas: saibam todos vocês que a voz da montanha, que nunca se calou nos momentos mais dramáticos da história pátria, não deixará impunes os crimes que forem perpetrados contra a gente mineira, contra nosso patrimônio, contra o que somos e contra o que cremos.

O Deputado Almir Cardoso - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ouvintes das galerias, companheiros da imprensa, neste meu primeiro pronunciamento nesta Casa, venho falar de uma velha ferida nacional, ferida que, longe de se cicatrizar, mais e mais se abre e compromete a saúde da nação e conseqüentemente do nosso Estado. Venho falar de reforma agrária.

Sei que esse tema causa apreensões, incomoda, preocupa e exacerba as mais diversas paixões, mas é preciso colocar o dedo nessa ferida. A reforma agrária hoje desvincula-se de toda a carga ideológica que a caracterizou ao longo dos últimos anos para se tornar necessidade premente em termos econômicos e sociais em nosso país, e nós, homens públicos, precisamos ter a coragem de encarar o assunto com toda a seriedade e isenção que ele exige.

Todos sabemos das tristes conseqüências que a estrutura fundiária nacional nos proporciona: milhares de famílias de trabalhadores rurais sem alternativa de trabalho, provocando grande migração para as cidades com conseqüências por demais conhecidas (segundo dados da Casa, de 1960 a 1989 a população urbana aumentou de 40% para 74%, enquanto que a população rural reduziu de 60% para 26% do total de habitantes). Violência no campo com frequentes assassinatos de trabalhadores rurais e constante impunidade dos criminosos, é uma das mais evidentes (segundo a CPT, em 1990 ocorreram 401 conflitos de terra com saldo de 75 assassinatos, e segundo o INCRA, em 1991 ocorreram 477 conflitos de terra envolvendo 36.119 famílias de trabalhadores rurais). Mas a questão é muito mais abrangente. Essa estrutura fundiária arcaica, obsoleta e ultrapassada, com a qual ameaçamos adentrar o século vinte e um, é também responsável pela baixa produtividade agrícola com conseqüente encarecimento dos produtos. Em Minas, imóveis acima de 1.000 hectares ocupam 31% da área total do Estado, representando 16 milhões de hectares; 177 imóveis sozinhos detêm cerca de 3,5 milhões de hectares. A concentração de terras nas mãos de poucos proprietários rurais resulta num total de aproximadamente 600 mil famílias sem terra para trabalhar e viver. Por outro lado, a pequena produção familiar, com até 100 hectares, ocupa cerca de 23% das terras e emprega 58% da força de trabalho no campo, além de produzir mais de 50% dos alimentos consumidos. O saldo dessa disparidade é a geração de um grande índice de analfabetismo no campo, alijando milhões de brasileiros do saber e desqualificando cada vez mais a mão-de-obra rural.

O jornal "Estado de Minas", em sua edição de hoje, no editorial "Estatística Apavorante", alerta para o fato de termos hoje 42 milhões de pessoas em estado de pobreza absoluta e afirma: "O Brasil vai continuar passando vergonha enquanto não fizer uma reforma agrária séria, enquanto não se tornar efetivamente o celeiro do mundo, enquanto estiver plantando apenas um quinto de suas terras agriculturáveis".

Nosso Estado é responsável por 10% da produção nacional de grãos, é o maior produtor de café, responsável ainda por 30% da produção de leite e possui o segundo maior rebanho bovino nacional, com cerca de 20 milhões de cabeças. A fruticultura e as culturas irrigadas são crescentes. Contraditoriamente, Minas possui 11% do número total de indigentes no País, sendo o segundo Estado em números absolutos de miseráveis, com cerca de 3,5 milhões de pessoas, 50% das quais na zona rural.

A questão da reforma agrária alcança, ainda, dois problemas de fundamental importância para o País: a segurança alimentar e o desemprego estrutural. O País não tem e nunca teve um programa de segurança alimentar que viesse a garantir a oferta de

alimentos a toda a sua população, e um programa desse tipo inclui necessariamente uma política de reforma agrária. O outro problema a que me referi, o desemprego estrutural, parte da constatação de que o crescimento da oferta de empregos no Brasil é menor que o crescimento populacional e que a geração de um posto de trabalho no campo exige muito menos investimentos que a geração de um posto de trabalho na cidade. Segundo matéria de autoria de Moema Valorelli, publicada no "Caderno Agropecuário" do "Estado de Minas" do dia 15 de fevereiro último, o assentamento de uma família custa em torno de 16 mil dólares - com gastos de terra, crédito e toda a infra-estrutura, enquanto, ainda segundo a autora, a criação de um emprego no comércio custa em torno de 40 mil dólares e na indústria, 80 mil dólares.

A reforma agrária é um tema muito caro ao Partido dos Trabalhadores, ao qual pertenço, e muito nos orgulha que o Deputado Federal pelo PT da Bahia presida, no Congresso Nacional, a Comissão de Agricultura. Mas como disse anteriormente, a reforma agrária hoje se despe de seu caráter ideológico. Ela é uma urgência nacional.

Gostaria de encerrar este pronunciamento com a leitura da "Carta da Terra", de autoria do sociólogo Herbert de Sousa, o Betinho, coordenador da Campanha Nacional pela Reforma Agrária e articulador nacional da Ação da Cidadania, ressaltando que não me interessa a apropriação desse movimento, mas sim ressaltar o caráter nacional e apartidário da questão.

Agora, passarei a ler a "Carta da Terra", do sociólogo Herbert de Sousa. (- Lê:)

"Carta da Terra

Um dia a vida surgiu na terra. A terra tinha com a vida um cordão umbilical. A vida e a terra. A terra era grande e a vida pequena. Inicial.

A vida foi crescendo e a terra ficando menor, não pequena. Cercada, a terra virou coisa de alguém, não de todos, não comum. Virou a sorte de alguns e a desgraça de tantos. Na história foi tema de revoltas, revoluções, transformações. A terra e a cerca. A terra e o grande proprietário. A terra e o sem terra. E a morte.

Muitas reformas se fizeram para dividir a terra, para torná-la de muitos e, quem sabe, até de todas as pessoas. Mas isso não aconteceu em todos os lugares. A democracia esbarrou na cerca e se feriu nos seus arames farpados. O mundo está evidentemente atrasado. Onde se fez a reforma o progresso chegou. Mas a verdade é que até agora a cerca venceu, o que nasceu para todas as pessoas, em poucas mãos ainda está.

No Brasil a terra, também cercada, está no centro da história. Os pedaços que foram democratizados custaram muito sangue, dor e sofrimento. Virou poder de Portugal, dos coronéis, dos grandes grupos, virou privilégio, poder político, base da exclusão, força de "apartheid". Nas cidades virou mansões e favelas. Virou absurdo sem limites, tabu.

Mas é tanta, é tão grande, tão produtiva que a cerca treme, os limites se rompem, a história muda e ao longo do tempo o momento chega para pensar diferente: a terra é bem planetário, não pode ser privilégio de ninguém, é bem social e não privado, é patrimônio da humanidade e não arma do egoísmo particular de ninguém. É para produzir, gerar alimentos, empregos, viver. É bem de todos para todos. Esse é o único destino possível para a terra.

Assinam esta carta os que desejam mudar a terra, querem democratizar a terra, querem democracia na terra. Mas ainda neste século. Já se esperou demais. A democracia na terra é condição de cidadania. Esta é uma tarefa fundamental da Ação da Cidadania.

Que o novo presidente execute essa reforma. Que os novos governadores participem dessa mudança. E que a sociedade seja o verdadeiro ator dessa nova peça para mudar a face da terra. A partir daí a vida na terra será melhor.

Herbert de Sousa (Betinho)

Articulador Nacional da Ação da Cidadania

Coordenador da Campanha Nacional pela Reforma Agrária"

Companheiros, gostaria de frisar o fundamento, o suporte desse nosso pronunciamento. O que nos interessa, ao Partido dos Trabalhadores e a todos aqueles que querem a integração de tantos excluídos, como a CNBB, que traz, neste ano, como tema da campanha da fraternidade a reforma agrária. Temos que "desilogizar" o debate. Hoje, com a distensão que estamos observando na política, com o fim da guerra fria, sabemos que com a "desilogização" o debate da reforma agrária só interessa aos detentores do poder e a todos que lutam e que agem contra a reforma agrária.

Gostaria, ainda, de manifestar que, trabalhando na Comissão de Agropecuária e Política Rural desta Casa, pretendemos levar avante esse nosso posicionamento, entendendo que, hoje, o PT, ao completar seus 15 anos, demonstra uma atitude de amadurecimento, querendo fazer uma interlocução ampla com vários setores da sociedade. Lutaremos pela reforma agrária, sem deixar de atentar para os graves problemas que enfrentam os homens do campo, quer sejam os pequenos, médios e grandes produtores ou os microprodutores do campo.

Entretanto, sabemos que, para levar a cabo o trabalho desta Comissão, não poderemos nunca abrir mão de lutar também por tantas e tantas pessoas e famílias que precisam

da terra para viver e ainda não têm esse acesso. Muito obrigado.

O Deputado João Leite* - Sr. Presidente, caros Deputados e Deputadas, prezado público, digníssimas mulheres presentes, ontem, dia 8, comemoramos o Dia Internacional da Mulher, em Belo Horizonte, com uma sessão solene realizada nesta Casa, numa homenagem que terá prosseguimento durante todo este mês, através de atividades organizadas também por outros órgãos. Como Presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais desta Assembléia e por ter como um de meus principais objetivos a contribuição legal e social para a promoção e a garantia da qualidade de vida do ser humano, não poderia deixar de prestar a minha homenagem àquela cuja força e dignidade são seus vestidos; àquela cujo coração, sabedoria, virtudes e valores vêm contribuindo para o crescimento de todos nós, como seres humanos, e para a construção de uma vida melhor.

Este momento coincide com aquele em que o Brasil envia à ONU, conforme pacto internacional assinado em 1992, o Relatório Brasileiro de Direitos Humanos, revelando situações alarmantes e penosas, como a prostituição de crianças, o tráfico de mulheres, a multiplicação da pobreza e da exclusão social, o crescimento do índice de violência contra a mulher, o desemprego e tantos outros empecilhos ao verdadeiro exercício da cidadania.

Trata-se também, para as mulheres, de um tempo de muitas conquistas formais, como os direitos políticos ou o acesso aos mais diversos empregos. Um tempo que acena com ventos democráticos, enquanto a mulher busca a definição de sua própria identidade, a valorização de si mesma, de seu trabalho, do amor de seu companheiro, dos filhos, da família, dos amigos e da vida como um todo. É certo também que muitas vezes ela tropeça e se perde entre os infinitos caminhos possíveis.

Também é real o fato de que ela hoje, enquanto busca seu papel, tem ainda que lidar com cérebros empedernidos e submeter-se às mais diferentes exigências do lar, do trabalho, da ordem econômica, do tempo e outras. E que ela ainda é submetida a constrangimentos, a inibições, a violências, e a discriminações que a amordaçam, a intimidam e muitas vezes até tiram sua vida. Ou ainda, que como vítima, se vê sujeita a uma lógica diferenciada e discriminativa de laudos, processos e códigos penais.

É preciso que o poder público não se omita nem seja conivente com determinadas realidades, que garanta a defesa dos direitos e da qualidade de vida, que coíba a violência e que contribua para a superação de todos os empecilhos à consagração da cidadania feminina, através de leis e ações efetivas. Que se criem efetivos programas de apoio à saúde da mulher e da família, que se modifique o Código Penal, nos tópicos em que discrimina a mulher, como aquele que qualifica o estupro como um crime contra os costumes e não contra a pessoa humana.

A Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais estará atenta à questão da violência contra a mulher.

Deus abençoe vocês mulheres, para que com sua graça, dignidade, força e emoção possam continuar contribuindo para o crescimento e o amadurecimento de todos nós e para a construção de uma vida mais plena, justa e feliz.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, público presente nas galerias, ocupo a tribuna esta tarde para falar de algo sobre o qual já vínhamos alertando há algum tempo e que agora se mostra presente com o chamado "Plano Real II". Refiro-me à necessidade de novas medidas que ultrapassem o mero controle da inflação e que vêm agora, de maneira quase tardia, mais para apagar um incêndio que propriamente para se estabelecer uma política econômica eficaz no País.

As mudanças agora apresentadas estão centradas nas políticas cambial e fiscal. Nossa avaliação, calcada em estudos realizados pela assessoria coletiva da bancada do PT, aponta para dois objetivos principais do novo plano: de um lado, busca flexibilizar o câmbio para evitar um descontrole do déficit em contas correntes; de outro, busca evitar um desequilíbrio nas contas fiscais, até a realização das reformas constitucionais que se apregoam.

Fica claro que tais medidas foram tomadas visando afastar o perigo que ameaçava a estabilidade do real. Como disse no início de meu discurso, tais medidas mostram que o Plano Real I era insuficiente e que não se estabiliza a economia pelo simples controle da inflação. Certamente a crise do México e a potencial crise da Argentina fizeram aumentar as preocupações da equipe econômica do Governo. É preciso deixar claro, também, que tais mudanças já vinham sendo preparadas pelo Governo há um bom tempo, a partir das medidas de controle de consumo, como a restrição ao crédito e a elevação da alíquota dos automóveis importados.

Passo agora, senhores Deputados, a me deter um pouco mais nas mudanças levadas a termo na política cambial. A grande questão a ser enfrentada pelo Governo refere-se às contas externas. O problema já vinha sendo apontado desde o segundo semestre do ano passado, mas estourou em novembro, quando se verificou um déficit nas contas correntes, ou seja, as importações foram muito superiores às exportações. Tal déficit

se repetiu no mês de dezembro de 1994. O resultado desse déficit contínuo foi uma queda nas reservas cambiais do Governo, de 43 bilhões de dólares para 36 bilhões. Tão brusca queda representa uma ameaça à manutenção da estabilidade.

Tais fatos têm uma explicação simples. Num primeiro momento, antes do plano, com o dólar em alta, estimulavam-se as exportações. Diante da iminência do real, os exportadores adiantaram suas exportações. Vem o Plano Real I e estabiliza a moeda, trazendo posteriormente uma desvalorização do dólar diante do real. Passa-se, então, a estimular a abertura da economia ao mercado externo. Isso, somado à redução das alíquotas e à elevação da atividade econômica, reduz as exportações e aumenta as importações. Daí o desequilíbrio.

Para atacar esse problema, o Governo estabeleceu o sistema de bandas, que será controlado pelo Banco Central. Passam a existir limites mínimo e máximo, que, no início, serão de 86 centavos de real e 90 centavos de real, respectivamente. Dentro desse limite a cotação do dólar poderá flutuar. Se o valor tender a cair além dos 86 centavos de real, o Governo compra dólares e sustenta o preço. Se o valor tender a ultrapassar os 90 centavos de real, o Governo descarrega dólares no mercado e faz com que a tendência de alta seja revertida.

No entanto, numa clara política de desvalorização do real, o Governo estabelece que, a partir de 2 de maio, o limite máximo passa a ser de 98 centavos de real. O resultado prático das medidas cambiais foi a desvalorização imediata do real em 2,38%. Até maio prevê-se que esta desvalorização chegue a um total de 12%. Tal política implicará efeitos sobre o nível de preços, já que o mercado trabalha com uma certa expectativa inflacionária, que poderá ser influenciada pelas desvalorizações cambiais.

Ainda no que diz respeito à inflação, o preço dos produtos importados aumentará, representado novo impacto, ainda que pequeno. Além disso, neste semestre teremos os reajustes das mensalidades escolares, das tarifas públicas e dos contratos com cláusulas de correção anual, com fortes riscos de pressões inflacionárias.

Quanto à política fiscal, o objetivo do Governo é buscar um equilíbrio das contas públicas. Com isso, as medidas visam reduzir gastos de um lado e gerar recursos de outro, por exemplo, com a privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Novamente, a exemplo do Plano Real I, o que o governo quer é estabelecer um equilíbrio provisório, para que haja tempo de se realizarem as reformas na Constituição por ele pretendidas.

É preciso deixar claro, apesar do discurso contrário do Governo, que hoje não existe déficit operacional. O déficit só ocorre quando se acrescentam às despesas do governo os gastos com os juros da dívida pública. A despesa com os juros da dívida mobiliária é de 15 bilhões de reais ao ano. Tal despesa tem aumentado em virtude da política monetária, que mantém a taxa de juros em níveis absurdamente elevados. De fato, o que temos são medidas que visam apagar incêndios. O Governo Fernando Henrique Cardoso está desconhecendo aquilo que durante a campanha eleitoral considerou essencial. A questão social ficou de lado, como demonstram a ausência do Presidente da República em Copenhague e a não-apresentação de propostas concretas do Brasil neste encontro em que o assunto está sendo discutido. Não há também proposta para o campo. Com isso, já começam a acontecer protestos de agricultores em todo o País. Reforma agrária, então, parece assunto proibido.

O Governo, em suas propostas para a reforma constitucional, simplesmente esquece-se da questão da taxação das grandes fortunas. Tal proposição era parte integrante nos discursos do então Senador Fernando Henrique Cardoso. Da mesma forma, nada se fala sobre o Imposto de Renda Progressivo, ou seja, quem ganha mais não está pagando mais.

Há muita demagogia sendo feita com a questão do funcionalismo. Na realidade, as novas datas só trarão uma pequena antecipação da folha de pagamento, além de jogar o último pagamento do ano para o ano seguinte.

Nós, do PT, temos um projeto diferente para a sociedade. Desde o início do Plano Real, dizíamos que ele era insuficiente. Que seriam necessários ajustes. Agora, isso fica claro. Está comprovado, mais uma vez, que nós estávamos certos. As medidas do Governo são insuficientes e ineficientes. É preciso ter seriedade.

Hoje, à noite, o PT apresentará, em cadeia, o seu programa de rádio e televisão, quando então estaremos detalhando e colocando em discussão quais são, de fato, as nossas diferenças com esse programa que vem sendo apresentado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso ao País. Muito obrigado.

O Deputado Djalma Diniz* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, distinta Mesa, imprensa e demais presentes, nesta minha primeira fala, na Tribuna desta Casa, quero agradecer a forma carinhosa com que fui aqui recebido pelos caros colegas e pelos servidores da Assembléia, e quero expressar meu desejo de contribuir para o engrandecimento do Poder Legislativo mineiro.

Quero nesta oportunidade fazê-los conhecer um pouco de minha trajetória até chegar a homem público: sou filho de uma família evangélica simples, do interior de Governador Valadares, e, muito cedo ainda, em minha adolescência, sai da casa de meus pais para lutar e vencer na vida.

Evangélico, membro da Assembléia de Deus desde criança, procurei sempre ser fiel aos princípios cristãos e a Deus e tenho a felicidade de hoje ser pecuarista e empresário da construção pesada. Enfrentei muitas dificuldades, trilhei caminhos difíceis, mas trabalhei muito e reconheço a soberania de Deus em tudo o que me ocorreu.

A minha finalidade hoje, ao ocupar este microfone, na condição de Presidente da Comissão de Defesa Social, é alertá-los para um grave problema social, que mancha a dignidade de nosso Estado e requer uma iniciativa rápida e enérgica de nossa parte.

Conforme V. Exas. já tomaram conhecimento, o jornal "O Estado de Minas", no dia 8 de março, publicou, na página policial, uma manchete sobre a greve de fome que os detentos da penitenciária de Ipaba faziam, desde segunda-feira. E o curioso, conforme editou esse jornal, é que os presos tomaram tal decisão por estarem sendo injustiçados, com a demora na inauguração oficial da penitenciária, o que faz com que seus processos fiquem abandonados e muitos presos com situações já definidas e penas já cumpridas fiquem jogados naquele presídio.

Minha preocupação com essa situação tem um sentido muito especial. Naquela penitenciária estão 24 detentos, ex-marginais, hoje completamente recuperados e transformados, em função de um trabalho metódico e dedicado do povo evangélico, que naquele como em outros presídios, leva a mensagem de salvação e de transformação de vida pelo evangelho.

Aqueles 24 detentos a que me referi, todos com excelente comportamento, muitos já com suas penas cumpridas, sofreram ameaças de morte por não aceitarem participar daquele movimento grevista.

A situação é grave e é necessário que nós, legisladores, apresentemos soluções, não só para este caso, mas para que se melhore definitivamente a situação carcerária de nosso Estado, que reflete o descaso para com os seres humanos que nela são lançados. É preciso que o Estado, através de seus órgãos competentes, entre em ação a fim de dar aos presos de nossas penitenciárias condições mínimas de permanência e recuperação.

Baseado nessas informações e com este pensamento estou enviando a Mesa Diretora um requerimento solicitando que se envie apelo à Secretaria de Justiça em vistas à inauguração do presídio e a uma atuação rápida na análise dos processos dos detentos. Agradeço aos senhores e rogo a Deus que esse grave problema social seja rapidamente solucionado. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta* - Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Dr. Agostinho Patrús, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, ilustres visitantes: "água mole em pedra dura tanto bate até que fura."

O "Minas Gerais" de hoje traz, na primeira página, uma reportagem com o título: "Plano para combater a seca".

Também, hoje, dia 9 de março, às 17 horas, no Palácio dos Despachos, o Secretário da Casa Civil, Amílcar Martins, e o Secretário Adjunto do Planejamento, Marcos Pestana, coordenam, juntamente com representantes da EMATER, da Defesa Civil, da COPASA e da SUDENOR, reunião para definir os planos de ação que visam a combater os efeitos da seca no Jequitinhonha, no Mucuri e no Norte de Minas.

Também, informa a liberação de R\$1.500.000,00 para a compra de 800 toneladas de sementes de feijão para distribuir para as Prefeituras do Norte de Minas.

Ficamos, em parte, satisfeitos, porque esta é uma tecla em que temos batido desde o princípio da nossa fala desta tribuna e esperamos que esta reunião não fique apenas na retórica, mas que dela possa, realmente, sair uma luta em socorro desses pobres municípios, tanto do Vale do Mucuri, como do Jequitinhonha e do Norte de Minas.

Sr. Presidente, apresentamos, ontem, à Casa, no Dia Internacional da Mulher, um projeto de lei que dispõe sobre a implementação de medidas necessárias à prevenção e ao tratamento do câncer de mama e do colo do útero. Passamos ao Estado a obrigatoriedade de assumir esta importante missão e proporcionar à mulher mineira - principalmente à mulher carente - as condições para que ela possa ter acesso a ambulatórios ginecológicos equipados e se ver livre dessa doença.

Por meio deste projeto, estamos propondo ao Governo do Estado o gerenciamento dos recursos, tanto os da Secretaria da Saúde quanto os do SUS, ou os de contribuições diversas, para dar condição de tratamento às mulheres, como curativos cirúrgicos, acompanhamentos psicológicos e acesso aos meios de diagnósticos necessários. Apresento este projeto à Assembléia Legislativa de Minas Gerais, baseado num trabalho que fiz em Montes Claros, há cerca de 12 anos quando ainda ocupava uma cadeira na Câmara Municipal daquela cidade. Por volta de 1980, este ambulatório de ginecologia - o primeiro no interior de Minas Gerais - foi implantado em Montes Claros. Até hoje, 60 mil mulheres foram examinadas, foram feitos mais de 800 diagnósticos precoces de câncer do útero e mais de 400 operações foram realizadas.

A partir daí, os ambulatórios saíram de Montes Claros. Conseguimos implantá-los em mais sete cidades do Norte de Minas. Foi uma experiência vitoriosa e que pode ser levada a todos os rincões do Estado de Minas Gerais, trazendo estimados benefícios à

população mineira.

Como último assunto, Sr. Presidente, gostaria de deixar de público as minhas impressões e o meu posicionamento a respeito da polêmica que está se criando em torno da duplicação da Rodovia Fernão Dias.

O episódio envolvendo o Estado e as empreiteiras responsáveis pela duplicação da Rodovia Fernão Dias tem merecido destaque e preocupação desta Casa e não poderia ser diferente, tal a magnitude do fato criado.

Por um lado, notamos que o próprio Governo aceita com muita passividade as decisões unilaterais tomadas pelos órgãos prestadores de serviço como, no caso, as empreiteiras.

O próprio Secretário de Obras, o Deputado Federal Israel Pinheiro anuncia pela imprensa que as empresas desistentes não receberão nenhum tipo de penalidades, mesmo reconhecendo que o Governo já pagou cerca de 25 milhões de reais às empreiteiras, num total de 341 milhões de reais. Informa ainda o Secretário que a lei de licitação permitiria a cobrança de 0,3% de multa por dia sobre o valor do contrato pela não-execução do cronograma e que as empreiteiras estão extremamente relapsas no cumprimento dos seus contratos. Com base nessas declarações, notamos que o Estado fica a mercê de forças poderosas que estão acostumadas a impor suas condições, mesmo nos grandes empreendimentos que envolvem não só o aspecto econômico como também o setor social. Nessa situação, centenas de trabalhadores às vezes ficam sem estabilidade, vítimas da ganância de poucos e da falta de pulso firme dos nossos governantes.

Por outro lado, deve-se situar o papel da Assembléia Legislativa e a posição dos Deputados. É verdade que não temos o poder de resolver diretamente esta questão uma vez que o Poder Legislativo, por força da Constituição, está impossibilitado de interferir na questão em pauta; pode, sim, exercer força de fiscalização que, acredito eu, poucas vezes foi exercida na sua plenitude nos últimos anos.

Quantas vezes esteve presente apenas um Deputado na abertura das propostas de licitações ou de concorrências públicas? As decisões sempre partiram do Poder Executivo e foram impostas a este parlamento, que tem a função primordial de fiscalizar os atos do Poder Executivo.

Uma outra questão é a falta de instrumento mais incisivo desta Casa a fim de acompanhar os gastos públicos, os contratos do Estado e as inúmeras licitações que acontecem diariamente. Limitamo-nos a analisar de forma genérica as prestações de contas anuais que, por força de lei, o Governo é obrigado a enviar ao Legislativo.

A Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária desta Casa e todos os Deputados, que também estão preocupados e imbuídos de exercer plenamente as suas funções, devem assumir mais este encargo e procurar marcar presença nos momentos que envolverem decisões importantes para o nosso Estado.

Não queremos, com isto, afirmar que acontecem falcatruas ou "maracutaias" nas decisões do Governo do Estado. Queremos, sim, exercer plenamente a nossa missão, que é legislar e fiscalizar as ações do Governo. Desta forma, estaremos ajudando o Governador Eduardo Azeredo e procurando mostrar à sociedade mineira e ao Brasil a transparência que certamente existe neste Governo que se inicia.

O importante é abrir a discussão sobre tão polêmica questão como esta que envolveu o Estado e as firmas prestadoras de serviços para a execução de obras na Rodovia Fernão Dias e encontrar soluções. É sobretudo importante evitar o desperdício do dinheiro do povo mineiro, como no caso da duplicação da BR-040, trecho entre Sete Lagoas e Belo Horizonte, obra que consumiu milhões de dólares, não foi concluída e quase todo o serviço de terraplenagem encontra-se perdido pela paralisação e pela ação do tempo.

Não temos o mínimo receio de abordar este assunto, uma vez que devemos o nosso mandato de Deputado Estadual ao povo simples, que anseia por posições claras e definidas.

A conduta que teremos nesta Casa será direcionada pela nossa consciência, que é livre e independente. Não estamos presos aos grupos poderosos que sempre ditaram normas e amordaçaram muita gente boa por aí. Temos a certeza de que os Deputados desta 13ª Legislatura também comungam com este pensamento e tudo farão para não se afastarem do caminho da verdade e da justiça.

Esta Casa em boa hora convocou os Secretários para prestarem esclarecimentos a respeito deste fato. Esperamos que eles venham o mais rápido possível e possam ser convincentes nas suas explicações, porque a sociedade e as pessoas responsáveis deste Estado merecem e precisam de informações consistentes.

Com a palavra o Governo do Estado de Minas Gerais.

São essas as nossas impressões. Esperamos que as autoridades do Governo Eduardo Azeredo venham a esta Casa para debater com os parlamentares e mostrar suas posições, pois o povo mineiro merece, e muito, uma explicação séria e convincente. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Roberto - Sr. Presidente, membros da Mesa, Sras. Deputadas, Srs.

Deputados, pessoal das galerias, meus senhores e minhas senhoras, há pouco, ouvi o colega Anivaldo Antônio falar a respeito da privatização da Vale do Rio Doce. Minha fala não estava programada para hoje, mas, sendo da região onde a Vale começou, não poderia calar-me neste instante, pois vim para esta Casa com o intuito de colaborar para defesa dos interesses de Minas Gerais.

Temos acompanhado a evolução da Vale do Rio Doce, que começou em Itabira, foi depois para Mariana e ultrapassou as fronteiras de Minas Gerais. Chegou à Serra Pelada, no Pará, e ao Porto de Tubarão, no Espírito Santo. Assim, não poderíamos deixar de fazer nosso veemente protesto contra a privatização. Se há uma empresa estatal que dá lucro, é a Vale; se há uma empresa que, realmente, luta para o engrandecimento de Minas Gerais, é a Vale.

Tivemos o prazer de acompanhar sua evolução, principalmente durante a administração de Eliezer Batista, um dos mais ilustres mineiros, muitas vezes esquecido em nosso Estado. Talvez os senhores não saibam, mas ele é um dos consultores para o Japão. Naquele país, não se faz qualquer investimento no Brasil, que não tenha o respaldo de Eliezer Batista. Ele tirou a Vale do poço e a transformou na empresa que conhecemos.

Eliezer Batista é um dos homens que fizeram com que a Vale atingisse esse nível de desenvolvimento. Vocês, que não tiveram oportunidade de conhecê-lo, talvez não saibam que Eliezer Batista é um dos brasileiros que falam 9 ou 10 idiomas corretamente. É um homem digno da nossa admiração, um dos mineiros mais ilustres que conhecemos. Ratificando o que acabo de dizer, Eliezer Batista, no Governo de Collor, foi convidado para ser Ministro de Minas e Energia e de Assuntos Especiais Internacionais. Portanto, rendo-lhe esta homenagem. Foi ele quem, com a sua competência, salvou a Vale. O que está faltando em Minas Gerais é união. Queremos nos unir a Eduardo Azeredo, nosso ilustre Governador, para, com ele, exigir que o Presidente da Vale seja também mineiro e não de outro Estado. É uma questão de justiça porque a Vale cresceu no território de Minas Gerais, cresceu com Eliezer Batista, e nós, mineiros, pagamos caro pelo seu desenvolvimento. E, agora, que está no seu apogeu, na hora de ajudar Minas Gerais, vai ser privatizada. Não concordamos com isso e toda esta Casa deve fazer seu veemente protesto, unindo Deputados Estaduais, Federais e Senadores de Minas Gerais, até mesmo de todo o Brasil, para que não haja a privatização. Não entendo porque privatizá-la. O que está faltando a muitas dessas empresas que estão sendo privatizadas é competência. A privatização deve ocorrer apenas em determinadas empresas. A Vale estaria em último caso. Conclamo, pois, a todos os Deputados Estaduais, Federais e os Senadores a lutar pela Vale. As reformas constitucionais são necessárias, mas não mudando a nossa preciosa Vale que muito tem ajudado Minas Gerais. Não devemos deixar que ela seja privatizada. Devemos lutar para que isso não aconteça. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 15/3/95, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, a Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, e de conformidade com a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa nº 1.168, de 1995, assinou os seguintes atos relativos a cargos do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

exonerando Flávia Lamas Xavier do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, com exercício no gabinete do Deputado Elmo Braz; nomeando Adriana da Silva Reis para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, com exercício no gabinete do Deputado Elmo Braz.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c a Lei nº 8.443, de 6/10/83, as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.090, de 29/12/90, e 5.132, de 1º/6/93, o Parecer nº 2.524/91, da Procuradoria-Geral da Casa e tendo em vista o disposto na alínea "c" do inciso III do art. 36 da Constituição do Estado, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, a partir de 21/2/95, o servidor Darci de Souza Lima, ocupante do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Escrevente Parlamentar, do Quadro Suplementar da mesma Secretaria.

TERMOS DE CONTRATO

Termo de Aditamento

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Contratados: Rádio Del Rey Ltda., Rádio Guarani FM, 106 FM, Caeté Sistema de Comunicação Ltda., Sociedade Rádio Alvorada Ltda., Rádio Terra Ltda., Sistema Hoje de Rádio (Rádio Cidade), Rádio Itatiaia Ltda. (Rádio Itatiaia e Rádio Extra), Rádio Cultura de Belo Horizonte, Rede Horizonte de Radiodifusão Ltda. (Rádio Geraes), Rádio City Ltda. (Rádio América), Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda. (Rádio Capital), Rádio Atalaia de Belo Horizonte Ltda. e Rádio Inconfidência Ltda.

Objeto: 6ª prorrogação.

Dotação orçamentária: 3.1.3.2.

Vigência: a partir de 3/1/95.

Termo de Aditamento

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Contratada: Instituto dos Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora - Editora O Lutador.

Objeto: confecção de nova chapa.

Dotação orçamentária: 3.1.3.2.

Assinatura: 22/2/95.

Termo de Aditamento

(2ª Prorrogação)

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Contratada: RM Máquinas e Sistemas Ltda.

Objeto: assistência técnica em máquina de franquear correspondência.

Dotação orçamentária: 3.1.3.2.

Assinatura: 22/2/95.

ERRATA

DESIGNAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLÉIA

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 23/2/95, pág. 48, col. 3, no subtítulo "Comissão de Defesa Social", onde se lê, entre os efetivos:

"Elmo Braz - PP", leia-se:

"Glycon Terra Pinto - PP".

Onde se lê, entre os suplentes:

"Glycon Terra Pinto - PP". leia-se:

"Elmo Braz - PP".

No subtítulo "Comissão de Saúde e Ação Social", onde se lê:

"Jorge Eduardo", leia-se:

"Jorge Eduardo de Oliveira".
